

MÚSICA, RELIGIÃO E COR: FAZERES E TENSÕES ENTRE MULHERES EVANGÉLICAS¹

Márcia Leitão Pinheiro

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6695-4585>

Introdução

É inegável o crescimento evangélico no Brasil nas últimas décadas, particularmente nas camadas populares, nas quais há forte presença de negros (pretos e pardos) e também vozes que afirmam haver descompromisso das igrejas com o antirracismo. Diferentes coletivos formados por evangélicas/os têm levantado questões e táticas a fim de confrontar o que denominam *racismo religioso*, que afeta a religiosidade e a espiritualidade negras, e a subordinação

¹ Este artigo foi desenvolvido no âmbito dos projetos de pesquisa “Reparação e reconciliação: alianças e ações para a ultrapassagem da escravidão e seus efeitos no Rio de Janeiro”, que coordeno desde 2021, e “Identidades em conflito: gênero, raça e religião em experiências de ensino no estado do Rio de Janeiro”, coordenado por Ana Paula Miranda, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Agradeço à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo financiamento do projeto, ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj) pelo apoio ao desenvolvimento das citadas pesquisas, aos pareceristas anônimos por suas valiosas contribuições e à professora Sandra Carneiro (Uerj) pela leitura crítica realizada.

feminina. Falando em *pecado*, essas/es evangélicas/os definem seu entendimento sobre o racismo e ainda apontam a ligação entre ele, o racismo, e as teologias em curso nas igrejas. Desse modo, terminam por externar como essas questões aparecem como incontornáveis no meio evangélico (Pinheiro 2006, 2007, 2009; Burdick 2013; Costa 2013; Reina 2017).

A atividade musical, relevante para a evangelização, também vem sendo mobilizada por alguns coletivos que visam ao enfrentamento das discriminações raciais e de gênero e à valorização da herança cultural afro-brasileira. Isso termina por estabelecer tensões com as teologias e as doutrinas correntes nas igrejas, bem como com a *música gospel* – gênero musical com significativa presença no meio evangélico, estando relacionado com a disseminação de visão de mundo cristã (Pinheiro 2006, 2007, 2009; Bandeira 2017).

Este artigo focaliza um evento anual realizado por mulheres do Movimento Negro Evangélico do Estado do Rio de Janeiro (MNERJ). Trata-se do *Canta Negra*, que visa a destacar a mulher negra evangélica, com foco nas interpretações do cancionário popular e na realização de outras atividades artísticas. Busco refletir como essa iniciativa está entrelaçada com os posicionamentos desse coletivo – seus discursos, práticas, ações e conhecimentos religiosos – acerca dos temas racismo e gênero, incluindo enfrentamentos aos conhecimentos/discursos religiosos institucionalizados, que caracterizam as igrejas históricas e as (neo)pentecostais.

Para a compreensão desse cenário formado por evangélicas/os que se intitulam antirracistas, relaciono análises sobre campo religioso, secularismo e esfera pública. Nesse sentido, focalizo a reflexão de Paula Montero (2011, 2015), que observa como no Brasil o religioso registra interações com movimentos sociais, participando do debate público. Muitas vezes, ele modifica sua linguagem, aproximando-se de uma gramática secularizada, assim como “ajusta sua visão ética” (Montero 2011:5). Essa proximidade com a linguagem secularizada configura o que a autora denomina “fluxo de interações discursivas” (Montero 2011:6) e explicita incertezas, medos, esperanças e aspirações dos atores participantes. E, por sua vez, caracteriza modos de o religioso estar presente, de obter visibilidade e interlocução na esfera pública.

Já o pensamento de Asad (2010) nos ajuda na compreensão dos processos discursivos e da subjetivação que isso envolve. Ele critica a definição universal de religião, por entendê-la como produto

histórico e social que decorre de processos discursivos igualmente históricos e sociais (Asad 2010). Nesse sentido, o autor afirma que a verdade religiosa tem a ver com mecanismos criados e impostos aos fiéis (sanções, dispositivos de poder, práticas sociais, atividades disciplinares e criação de subjetividades). Outros discursos e práticas, alternativos/particulares, podem ser combatidos, denunciados e excluídos do conhecimento e da “narrativa da verdade sagrada” (Asad 2010:268). Isso inclusive está relacionado com a evangelização realizada por missionários na África, Ásia e América Latina, que construíram discursos – verbais e textuais – sobre as crenças e práticas do outro, os não evangelizados, com, muitas vezes, caráter superficial e perverso – de modo a marcar a relação hierárquica peculiar ao colonialismo.

Este artigo compreende, além desta introdução, quatro partes, que estão dispostas do seguinte modo. A primeira parte focaliza o surgimento do Movimento Negro Evangélico (MNE), sua especificidade, composição, concepções e procedimentos direcionados às suas/aos seus integrantes. Além disso, será abordado como seus membros entendem sua proximidade com o Movimento Negro e, ao mesmo tempo, reconhecem as tensões entre os dois movimentos.

A segunda parte aborda como o MNE entende a luta antirracista e qual é a perspectiva que embasa seu enfrentamento ao racismo. Para tanto, considera-se a frase “contra o pecado do racismo”, que é uma bandeira do MNE e está presente no evento musical, buscando suas raízes no movimento antiescravista.

A terceira parte apresenta a etnografia do evento anual *Canta Negra*, que contempla o cancionário popular, considerando como vem sendo inscrito na agenda do Movimento Negro, sua relação com as questões de gênero e raciais no meio evangélico e sua crítica à *música gospel*, gênero musical difundido no meio evangélico brasileiro.

A quarta parte considera como o combate ao racismo e a subordinação feminina são questões ressaltadas no interior do MNE, compreendendo a vigência de teologia promotora de discriminações. Para a compreensão dessa questão, abordam-se as teologias contextualizadas, que podem ser mobilizadas por evangélicas/os antirracistas, bem como a contribuição de pensadoras negras para a reflexão sobre o reconhecimento feminino e negro. Por fim, apresento a conclusão.

Evangélicos: movimentos e tensões

A presença de igrejas protestantes no Brasil ocorre desde o século XIX, e elas estavam voltadas a atuar entre os imigrantes e a criar conformidade entre os escravizados (Barbosa 2002). Já as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela instalação e pela difusão de serviço de evangelização ancorado na crença da manifestação do Espírito Santo – Pentecostes. A década de 1970 registrou a instalação do neopentecostalismo, demarcado por doutrinas e teologias voltadas ao combate da espiritualidade afro/negra, à promoção da cura e à oferta da prosperidade (Novaes e Floriano 1985; Contins 1995).

No meio evangélico, há iniciativas voltadas a alterar sua feição, como a “responsabilidade sociopolítica” e a teologia atenta às questões contemporâneas (Cunha 2004:73-76), bem como movimentos conservadores, que defendem o distanciamento do mundo, configurando conflitos e tensões teológicas (Mendonça 2005).

Esses movimentos e tensões presentes no meio evangélico são ainda corroborados por igrejas e grupos orientados por uma concepção de alteridade que afeta a religiosidade de negros evangélicos. Trata-se de um tema que vem sendo abordado por diferentes pesquisadores (Novaes e Floriano 1985; Burdick 2013; Pinheiro 2023).

A questão racial historicamente tem mobilizado alguns atores sociais, como, por exemplo, a Igreja do Divino Mestre, surgida em Recife, no século XIX, e sua defesa da libertação de escravizados (Silva 2011). Mais recentemente, podemos citar as ações da Igreja Metodista, na década de 1970, com a criação de uma pastoral direcionada a combater o racismo. Além disso, a partir dessa época, surgiram coletivos voltados à reflexão sobre o pertencimento étnico-racial nas igrejas, contando com a atuação de mulheres negras cristãs e de lideranças negras na organização de fóruns de reflexão sobre o racismo.

As iniciativas registradas no século XX cooperaram para o surgimento do MNE, em 2003, como resultado de articulações entre igrejas, coletivos e ministérios.² Assim, houve o lançamento de um manifesto direcionado ao II Congresso Brasileiro de Evangelização

2 Podem ser relacionados adeptos das Igrejas Metodista, Batista, Anglicana, Brasil Para Cristo, Igreja Deus em Cristo e Católica, estando na organização igrejas como: Simeão Niger, Associação Evangélica Palmares, Cenacora, Fórum de Mulheres Cristã Negras de São Paulo, Ministério Azusa, Missões Quilombo, Grupo de reflexão Martin Luther King e Visão Mundial.

(II CBE), cujo tema era “proclamar o reino de Deus, vivendo o evangelho de Cristo”.³ Um de seus integrantes, Hernane da Silva, conduziu um Grupo de Discussão, cujo tema era “Preconceito, exclusão e inclusão” (Pinheiro 2006, 2009; Rodrigues 2009).

O manifesto apresentado no II CBE é um documento relevante porque formaliza as relações raciais como questão a ser encarada por igrejas evangélicas. Em geral, o manifesto destaca as identidades afrodescendente⁴ e evangélica e também veicula críticas às igrejas protestantes históricas, pois são consideradas omissas em relação à escravidão e comprometidas com visões dominantes. Ele, então, apresenta posicionamentos direcionados às igrejas em geral diante do silêncio acerca do racismo e das opressões que atingem a população negra, cobrando ações concretas – campanhas, programas, implementação de *ações afirmativas* e de *reparação* a fim de que o silêncio sobre a temática negra seja enfrentado (Pinheiro 2006, 2009; Rodrigues 2009).

A circulação dessas questões entre os evangélicos voltados ao combate do racismo marca diferentes posições: um segmento se direciona à defesa da negritude, ao debate sobre as relações raciais, sociais e cristãs nas igrejas e fora delas (Costa 2013); outra ala visa a afirmar e a divulgar o cristianismo como religião de matriz africana de modo a defender o entendimento do cristianismo primitivo como originário da África, opondo-se ainda às Escolas Bíblicas Dominicais e aos cultos avivados e baseados em *teologia branca* (Passos 2008).

Após um período, que compreende tensões entre diferentes atores e concepções, o MNE se amplia e passa a ter, a partir de 2017, núcleos estaduais no Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Distrito Federal e Sergipe, de modo a marcar interlocução com os movimentos sociais locais. Nesse percurso, o MNE aponta para os desafios a serem enfrentados: promover igualdade racial e justiça racial; combater o racismo estrutural vigente na sociedade e nas igrejas; e fortalecer a identidade negra evangélica.

3 O I Congresso Brasileiro de Evangelização ocorreu em 1983, marcando a inspiração da Teologia da Missão Integral para o protestantismo nacional, sobretudo o entendimento da igreja como importante agência voltada à transformação histórica (Rodrigues 2009).

4 O termo foi fortemente utilizado na Conferência de Durban (2001), tendo sido proposto na Conferência Regional de Santiago, Chile, voltada à preparação para a Conferência de Durban. Ele diz respeito aos descendentes de africanos vítimas da escravidão e do tráfico transatlântico (Roland 2023).

O movimento se estrutura a partir de uma coordenação nacional com duas representações de cada núcleo estadual, que conta com maioria feminina. Essa organização compreende eixos temáticos (*memória e reparação, justiça climática*, enfrentamento às violências racial, de *gênero*, religiosa e institucional) e tem ainda quatro áreas sociais (enfrentamento ao racismo, assistência, controle social e formação socioeducativa) e passa a contar com o Programa Martin Luther King, que visa a promover os direitos civis e a justiça social, capacitando líderes para o enfrentamento de retrocessos sociais e políticos, bem como a intolerância religiosa.

Com sua agenda de superação do racismo, o MNE, formado por diferentes grupos, busca incentivar reflexões e debates sobre teologia, liturgia e doutrinas, focalizando a teologia negra não eurocêntrica e não afrocentrada (Silva 2011). Ele ainda busca fomentar a fé cristã como instrumento de luta por justiça social e emancipação sem abdicar de questões raciais e de gênero. Suas/seus integrantes procuram marcar posição pública acerca de questões sociais, como será visto adiante.

Os membros do MNE ressaltam que o coletivo integra o Movimento Negro, porém esse posicionamento é bastante complexo. Segundo Andressa Oliveira, membro da coordenação do MNE do Rio de Janeiro e militante pelos Direitos Humanos, em entrevista realizada em 2022, os movimentos voltados à luta antirracista centram suas:

[...] ações nas religiões de matriz afro e dão pouco espaço, por conta da opressão causada pelo cristianismo, eles dão pouco espaço para os irmãos que não são da mesma religião, que querem o cristianismo. Eles dão pouco espaço, na verdade, se fecham, na verdade, criticam e não deixam a gente participar com certa tranquilidade. Não é uma coisa normal, tranquilo quem é cristão participar do movimento negro.

De fato, a relação com o Movimento Negro (MN) é um desafio para o MNE, e alguns entendimentos cooperaram para isso: entre os evangélicos, o racismo seria negado em prol de uma concepção de irmandade religiosa – posição que ainda persiste fora de coletivos de evangélicos antirracistas. Haveria, ainda, a proxi-

midade entre o Movimento Negro e as religiões de matriz africana, historicamente discriminadas. Por sua vez, o MN considerava que os negros evangélicos terminavam por seguir uma religião considerada colonizadora (Pinheiro 2009; Burdick 2013; Costa 2013).

O cenário compreende igrejas que investem em estratégias que abarcam símbolos e elementos da cultura afro-brasileira. Estes são esvaziados de seus conteúdos étnicos e incorporados às suas práticas rituais e culturais, mas com os seus significados alterados, esvaziados ou invertidos (Silva 2007; Montes 2012). Registram-se também diversas violações dirigidas aos terreiros e aos seus adeptos, explicitando as intrincadas tramas do racismo (Miranda 2021).

Igrejas neopentecostais, sobretudo a Igreja Universal do Reino de Deus, têm, desde o início da década de 2000, procurado eleger parlamentares negros com a finalidade de conter as demandas de vítimas de intolerância religiosa (Santos 2012). Essas igrejas ainda incentivam a presença nas setoriais de negros de partidos políticos e na atuação em conselhos e coordenadorias da igualdade racial, de modo a deslegitimar as vítimas de práticas de intolerância religiosa. Elas também têm promovido a entrada de adeptos negros no Movimento Negro a fim de impactar a luta contra as denúncias de violação religiosa em seu interior (Almeida 2019).

No entanto, a Coalizão Negra por Direitos (CND), surgida em 2019, conta com a participação de numerosos coletivos que, com suas vozes, também integram e impulsionam o MN na atualidade. São grupos de LGBTQIA+, moradoras de favelas, quilombolas, mulheres negras, moradoras do campo, trabalhadores informais e membros de diversas crenças religiosas, como católicos e afrorreligiosos. Grupos evangélicos também integram a CND e são signatários de sua Carta Proposta. Pode-se citar o Coletivo Negro Evangélico (Cuxi) da Bahia, o Movimento Negro Evangélico de Pernambuco e a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEpED).

Integrantes do MNERJ falaram sobre esse tema e afirmam que o MNE é um movimento social que visa a atuar contra o racismo, o extermínio das juventudes negras e as discriminações. A partir desses pontos, o MNE busca, então, afirmar sua identificação com o MN.

Ainda segundo Andressa Oliveira, o MNERJ é composto por integrantes com mais de 30 anos de idade e mais de 10 anos de vida comunitária, em sua maioria, de igrejas históricas – poucos são de pentecostais e neopentecostais. Para ela, é preciso desmistificar que quem fala em racismo quer “dividir a igreja” (entrevista com

Andressa Oliveira, 30/09/2022). É importante realizar diversas ações para enfrentar o entendimento corrente acerca dos movimentos sociais, pois seus integrantes são vistos como *rebeldes e demoníacos*, porque estão voltados à “divisão do corpo de cristo”.

Raquel Matoso, historiadora, membro da coordenação do MNERJ, em entrevista concedida em 2023, afirma que esse movimento também oferece o que ela chama de “processo educativo”, que consiste em alguns pontos:

Dizer que você é preto não é suficiente para dizer que você é politicamente letrado, nem todo preto faz parte do movimento negro. Então, a gente acaba aceitando pessoas que estão dispostas a se pensar como pretas, principalmente dentro do cenário político atual e religioso. Onde a Sueli Carneiro vai dizer que, antes de ser de direita, ser de esquerda, ela é preta. É o nosso caso: sempre a favor da democracia, dos processos de preservação da vida, principalmente da pessoa negra... a gente vai para apresentar para ela o que é a teologia negra; a gente vai dizer para ela o que é o movimento negro; o movimento negro evangélico, que compõe o movimento negro maior como um todo. Aí a gente vai dizer pra ela que a gente não se opõe aos grupos que protestam contra as opressões vividas por grupos minorizados. É um processo que leva um tempo, dependendo do empenho dela no engajamento.

Essa afirmativa tem a ver com o processo voltado a oferecer ao novo integrante ferramentas para reconhecer a vigência do racismo nas igrejas. Isso inclui questionar o imaginário e as construções tradicionais que associam o negro ao mal, ao *pecado*.

Os integrantes do MNE entrevistados descrevem o processo de educação promovido pela entidade e suas falas corroboram a de Raquel Matoso, quando enfatiza que a cor não é suficiente para tornar alguém “politicamente letrado” e descreve o processo realizado. A promoção do letramento racial (Nascimento e Silva 2023) do negro cristão compreende a ruptura com a autorrejeição historicamente imposta (Munanga 2024), que possa reabilitar seu corpo e as expressões culturais negras. Trata-se de um projeto que

compreenda a “preservação da vida” de negras e negros, e isso passa pelo enfrentamento do racismo presente nas igrejas, suas doutrinas e teologias.

Apesar de suas especificidades, podemos recorrer à reflexão de Nilma Lino Gomes (2020) sobre o MN, considerando que o MNE também se volta à educação. A autora observa a atuação do MN como agente educador porque ele traz, produz e articula saberes, elabora estratégias, práticas e ações que contribuam para a emancipação racial do negro e, ao fazer isso, transgride e desafia poderes há muito estabelecidos.

Trata-se de uma agenda que, historicamente, vem sendo construída no país com a inscrição de ações, demandas, sujeitos, mobilização racial, orientação e organização política (Domingues 2007; Gomes 2020; Gonzalez 2020).

“Contra o pecado do racismo”

O modo de atuar com a finalidade de educar sobre as relações raciais tem caracterizado o MNE, que realiza ações, programas e eventos. Nesse cenário, podemos citar o *Canta Negra*, que é um evento musical realizado anualmente.

Na página do Facebook do *Canta Negra*, há uma apresentação que evidencia como o encontro está entrelaçado com o enfrentamento ao racismo e como este é compreendido. Trata-se de uma indagação, que diz: “Qual a dinâmica *permissiva* da igreja frente à injustiça do racismo enraizado na sociedade e que flui livremente no seu corpo de membros sem o devido enfrentamento?” (MNERJ 2019a). No mesmo texto, observa-se que a atividade busca ir de encontro às “intolerâncias vividas nos nossos dias, principalmente a religiosa, que nos faz crer que temos motivos para nos envergonhar da nossa cultura, nos impedindo de usufruir daquilo que nos pertence como legado ancestral”. Entender essa questão é relevante para compreender o *Canta Negra*.

O coletivo evangélico destaca a responsabilidade das igrejas históricas com a escravidão, sendo relevante reivindicar o pedido de perdão e a abertura dos seus arquivos. Andressa Oliveira observou que a luta antirracista deve abarcar a reflexão sobre essa religião que, no passado, legitimou a escravidão e a colonização. Para tanto, ela observa ser necessário o engajamento de outros cristãos a fim de

tratar “o racismo a partir da perspectiva do cristianismo, tanto no sentido social, quanto no espiritual”, focalizando: o que há na bíblia sobre o racismo? O que a igreja produz para combater o racismo?” (entrevista com Andressa Oliveira, 30/09/2022).

Como vimos, são várias as questões que são levantadas, mas existe uma frase que traduz a concepção do coletivo: “contra o pecado do racismo”. Ela é usada amplamente, ostentada em roupas utilizadas durante manifestações públicas – caminhadas, passeatas, turismo afro, etc. –, bem como no *Canta Negra*.

Raquel Matoso durante a divulgação da edição do evento musical, ocorrido em 2019, coloca uma questão sobre o racismo, evidenciando a concepção e a proposta do MNE. Assim, ela diz o seguinte:

No Brasil, não tem racismo? E as igrejas se comportam dessa forma. E nossos irmãos e irmãs de cor, como nós, passam racismo diariamente dentro das igrejas. Nós entendemos que racismo é pecado. Seja dentro ou fora da igreja. E uma vez que é pecado, nós não podemos corroborar, não podemos concordar, não podemos ficar apáticos a isso. Porque a Bíblia nos pede pra denunciar. Se nós cremos na Bíblia, nós temos que fazer denúncia (MNERJ 2019c).

O entendimento da amplitude do racismo na sociedade brasileira, que impacta a vida de indivíduos e de grupos, e sua presença nas igrejas cristãs têm sido enfatizados. Muito se fala que a identidade negra tem sido discriminada, e, com isso, a espiritualidade negra evangélica é solapada. Não é incomum a mobilização das expressões *intolerância religiosa* e *racismo religioso*⁵ para ressaltar o impacto da verdade religiosa nas igrejas e na vida de fiéis negras e negros.

Esse meio religioso se caracteriza pela concepção de irmandade de crença, baseada na não aceção entre os membros. Contudo, esse valor comunitário é confrontado pelo racismo e, ao mesmo tempo, assegura a sua persistência e disseminação.

5 Os dois conceitos também são utilizados por afrorreligiosas/os que buscam demarcar a especificidade dos ataques e as violações às religiões de matriz africana e a seus membros. Isso ocorre porque a categoria intolerância religiosa é considerada insuficiente para explicitar a violência praticada não somente em razão da negação de direitos, mas por estar articulada com o racismo que organiza a sociedade brasileira (Miranda 2021).

O pastor Marco Davi de Oliveira (2018), em seu livro intitulado *A religião mais negra do Brasil*, argumenta que a igualdade entre os fiéis no meio evangélico é um mito frequentemente utilizado e que oculta o racismo na igreja.

A denúncia de um mito direcionado a sustentar certa identidade não é estranha àquela realizada pelo MN sobre a democracia racial. Segundo Joel Rufino dos Santos (2020), a democracia racial integra uma cadeia de idealizações, juntamente ao mito da cordialidade, da história sem conflitos, da natureza privilegiada, da morenidade, sustentando a desigualdade e o racismo.

A afirmativa do *racismo* como *pecado* é compartilhada por aquelas/aqueles que visam a ações antirracistas no interior de suas igrejas, relacionadas com a afirmação de alteridade. Sua difusão e disseminação ocorrem em meio opressor, que discrimina e viola o direito à liberdade religiosa. A luta contra isso está associada a assumir e fortalecer valores de justiça e igualdade, de modo a ter a incorporação e a centralidade do vocabulário republicano (Medeiros 2022).

Essa concepção do *racismo* como *pecado* remete ao posicionamento abolicionista norte-americano e manifestado na Declaração de Sentimentos (*Declaration of Sentiments*) da Sociedade Americana Antiescravidão, fundada em uma sala da Igreja Batista Africana, no ano de 1832, em Boston (Frank 2012).

A citada declaração afirma a liberdade como direito inalienável, uma dádiva, e isso compreenderia ainda o direito ao próprio corpo e aos produtos do trabalho do indivíduo. Assim, ir contra isso era considerado uma usurpação do ato divino, que concede a vida e a liberdade. O documento, desse modo, condena o tráfico humano e a escravidão, observando não haver diferença entre escravizar um americano e um africano.⁶

Em 1834, ocorreu uma convenção na Igreja Metodista Episcopal de Rochester, estado de Nova York, a fim de compor uma sociedade antiescravista. Durante a reunião, houve a leitura da Declaração de Independência, uma referência dos ideais igualitários;

6 "Declaration of sentiments of the American anti-slavery society: The right to enjoy liberty is inalienable. To invade it is to usurp the prerogative of Jehovah. Every man has a right to his own body—the products of his own labor—to the protection of law, and to the common advantages of society. It is piracy to buy or steal a native African, and subject him to servitude. Surely the sin is as great to enslave an American as an African." (Disponível em: <https://tile.loc.gov/storage-services/service/rbc/rbpe/rbpe11/rbpe118/11801100/11801100.pdf>. Acesso em: 28/07/2025.)

a seguir, da Declaração de Sentimentos da Sociedade Americana Antiescravidão, surgida pouco antes. No encontro, foi elaborada uma resolução, na qual se destacou a necessidade de imediata abolição da escravatura, afirmando o racismo como pecado nacional (Frank 2012:96-97).

Essa concepção acerca do racismo evidencia a orientação religiosa da manifestação antiescravista norte-americana, distinguindo-se dos abolicionistas brasileiros, que desenvolveram uma linguagem mais secular e ressaltaram menos Deus, sendo a escravidão vista como crime (Azevedo 1995/1996).⁷

Canta Negra

Em julho de 2023, houve um encontro musical (Figura 1) produzido por mulheres negras evangélicas, no centro do Rio de Janeiro, em um sobrado no qual funciona um espaço voltado à promoção da diversidade. O local estava decorado com cadeiras, almofadas e um pequeno palco, onde quatro músicos – percussão e cordas – acompanhavam as apresentações musicais.

As canções falam sobre as lutas por liberdade e têm a ver com o cancionário negro, e sua escolha não é alheia às questões correntes no MNE, tais como as rupturas necessárias para conduzir o cotidiano, a luta contra o preconceito racial, ser mulher e seguir em frente apesar de percalços encontrados. Algumas músicas executadas nas edições do evento podem ser citadas: *Alguém me avisou*, de dona Ivone Lara, *Minha Alma*, do Rappa, *Put Your Records On*, de Corinne Bailey Rae, *Identidade*, de Jorge Aragão, e *Onde Deus possa me ouvir*, de Vander Lee, por exemplo.

O evento vem sendo realizado desde o ano de 2019, sempre no mês de julho, por mulheres negras evangélicas que se reúnem

7 O manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão (1880:8), fundada por Nabuco, em 1880, dirigindo-se ao país, apresentou críticas aos defensores da escravidão e enfatizou sua contribuição para o não desenvolvimento do país. Apesar disso, a emancipação nunca foi uma ideia estranha, vigorando em diferentes lugares, defendida por indivíduos e vultos políticos, como, por exemplo, José Bonifácio e André Rebouças. Nesse documento, destaca-se a “ação nociva e fatal do trabalho forçado”, com fortes implicações morais para o indivíduo, para a família e para a nação (Sociedade Brasileira contra a Escravidão 1880). Outro documento, publicado pela Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, fundada por José do Patrocínio e André Rebouças, em 1883, apontava a escravidão como empresa ilegal e criminoso, defendendo a liberdade como direito imprescritível (Confederação Abolicionista 1883).



Figura 1. Canta Negra (2023).

Fonte: MNERJ (2023).

para prestigiar canções, recitar poesias de mulheres negras e falar sobre a história do povo negro, suas lutas e vitórias, que são temas pouco contemplados nos púlpitos e pela *música gospel*, conforme afirmam suas idealizadoras.

O primeiro encontro ocorreu em um espaço de convivência, localizado no bairro do Grajaú – zona norte do Rio de Janeiro –, e a vestimenta figurou como tema relevante, havendo a realização de oficinas sobre acessórios, como, por exemplo, o turbante (Figura 2).

Nessa oficina, foi apresentada a “história do turbante, turbante não é do demônio, faz parte da cultura negra e que nós podemos celebrar a Deus turbantadas e turbantados” (MNERJ 2024).



Figura 2. Oficina de Turbantes.

Fonte: MNERJ (2019b).

Defendeu-se que o uso do acessório não deve ser visto como licença para perseguir ou discriminar, sobretudo porque a fé é algo livre.

Raquel Matoso, uma de suas idealizadoras e integrante do MNERJ, afirmou, durante a entrevista realizada em 2023, que o *Canta Negra* busca celebrar o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela. O encontro tem o apoio da Marcha das Mulheres Negras, conforme afirmam suas idealizadoras, realizada no último domingo do mês de julho, que resulta do Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, ocorrido em Salvador, em 2011.

O objetivo da marcha é reunir organizações de mulheres negras e outras do Movimento Negro e da sociedade com vistas à promoção da igualdade racial e de gênero. Cabe ainda explicitar que a marcha integra o ciclo de comemoração do dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, 25 de julho. Essa data foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1992, como resultado do 1º Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas, ocorrido na República Dominicana, e

é entendida como importante para o surgimento de uma rede de mulheres negras voltada à luta contra o racismo, as heranças da escravidão e a opressão de gênero.

Segundo Raquel Matoso, com o evento, busca-se integrar uma agenda de atividades direcionadas à mulher negra, porque:

[...] se comemora e celebra a vida das mulheres pretas, latinas e caribenhas. Então, ele é específico para as mulheres. No entanto, o protagonismo é feminino e preto, mas a gente tem a colaboração dos homens porque a mulher negra, diferente de outras mulheres, ela, eu digo outras mulheres, porque tem a mulher cis branca, tem a trans, tem vários recortes femininos, da construção da feminilidade (entrevista com Raquel Matoso, 14/07/2023).

Durante esse depoimento, ela explicitou conhecimento de categorias da pauta feminista negra, que desloca o eixo gênero/classe para racismo-sexismo-homo/lesbo/transfobia (Rodrigues e Freitas 2021). Não se trata de algo isolado, levando em conta a significativa presença de mulheres negras no meio evangélico. Nesse sentido, há reflexões e iniciativas que têm pautado o racismo e o gênero no meio evangélico (Anjos 2021, 2024). Isso fica evidente também em composições musicais que falam sobre o lugar da mulher negra, vendo-se aí a articulação entre religião e racismo, assim como o posicionamento sobre o protagonismo feminino, que dialoga com a constatação de que a mulher negra tem sido preterida de postos de reconhecimento (Pinheiro 2023).

A divulgação do *Canta Negra* destaca essa questão ao afirmar ser um “evento musical fundamental para promover a valorização e o reconhecimento do talento de mulheres negras evangélicas na música, com o intuito de recontar nossa história negligenciada nos púlpitos e na cultura da música gospel” (Sympla 2024).

Esse gênero musical ganha força no Brasil a partir de 1980, definindo diferentes estilos apropriados, canções, artistas e práticas voltadas à evangelização, ao louvor e à adoração. Ele tem sido criticado por integrantes do MNE por pouco se voltar à reflexão e ação contra o racismo e as desigualdades (Burdick 2013; Pinheiro 2023).

Sobre a *música gospel*, que vem sendo examinada internamente,⁸ Raquel Matoso observa que há:

[...] uma reserva de mercado gospel, onde as pessoas são doutrinadas a não ouvirem qualquer outro tipo de música para preservar uma santidade, uma espiritualidade, o que a gente entende. Mas isso faz cair numa reserva de mercado, onde você tem gravadoras fonográficas especializadas em produzir o conteúdo evangélico que acaba também servindo a algum propósito político, evidentemente como a gente viu nos últimos anos. Então, a ideia é combater e quebrar essa ideia de mercado também, dizendo que a pessoa é livre para ouvir o que ela quiser. Esse mercado reservado, ele acaba contribuindo para que a gente não acesse outros saberes. Saberes, por exemplo, que são muito debatidos nas escolas de samba, nos carnavais, nos enredos (entrevista com Raquel Matoso, 14/07/2023).

A crítica à *música gospel* aponta como esse gênero está implicado com a concepção de irmandade religiosa, bem como sua articulação com o mercado. Esse é um ator central para a ligação entre cantores, empresários e líderes religiosos, relacionando-se com a formação de empresas fonográficas, eventos e a disseminação de valores cristãos (Pinheiro 2006, 2008; Mendonça 2008). Assim, contribui para a visibilidade da visão de mundo evangélica no espaço público (Bandeira 2017) e corrobora a veiculação de posições políticas conservadoras.

Membros do MNE citam artistas a fim de enfatizar que algo tem mudado na *música gospel*. Para tanto, destacam aqueles que falam sobre racismo, feminismo negro, violência e exploração do ser humano, explicitando a contribuição do *hip-hop*.⁹ Trata-se de

8 O pastor Marco Davi de Oliveira, fundador da Nossa Igreja Brasileira (NIB) e do MNE, vem analisando a música gospel e chama a atenção para a música popular, para sua autenticidade em expressar a raiz brasileira, considerada adequada para abordar a questão racial (Burdick 2013). Há tempo, esse pastor desenvolve em sua igreja cultos baseados em canções populares e ainda promove rodas de samba com a finalidade de afirmar a proposta decolonial de seu ministério.

9 A afirmação feminista negra também se torna visível com o hip-hop, possibilitando a realização de campanhas contra o machismo, a atuação na produção cultural e literária

uma produção conduzida em pequenas igrejas/grupos musicais, quase sempre independentes, isto é, à margem do meio evangélico e fonográfico. Esse contexto vem sendo corroborado pelo *Canta Negra*, que, por sua vez, volta-se não somente às sonoridades populares, que são apropriadas por produtores de *música gospel*, mas também à musicalidade secular. Esta, em geral, é considerada oposta à verdade e aos valores religiosos, porém as mulheres negras evangélicas terminam por tê-la como importante para sublinhar outra concepção religiosa que não seja excludente e descontextualizada historicamente.

Silenciamento e vozes

Há no MNE um explícito debate sobre como as igrejas terminam por impactar a identidade negra. Discriminação, identidade racial, história do povo preto e protagonismo feminino e preto, que vem sendo silenciado, por exemplo, são questões vigentes que perpassam o *Canta Negra*. Esse momento de canto e de sociabilidade muito revela sobre os movimentos e tensões no meio evangélico, haja vista a crítica direcionada à *música gospel* e também a imbricação entre as igrejas e o racismo. Assim, o evento possibilita abordar o tema das tradições, isto é, sua presença no mundo contemporâneo, o que sustenta as comunidades e a condição das minorias (Giumbelli 2011).

O curso Escola de Justiça Racial realizado pelo MNE, em 2024, contou com a contribuição de estudiosos/as e teólogas/os. Ronilso Pacheco, teólogo e pastor auxiliar da Igreja Batista de São Gonçalo, RJ, foi um dos facilitadores e falou sobre a teologia negra. Ele tem abordado publicamente esse tema e reflete sobre os modos de opressão, bem como as resistências inscritas pela população negra. Para Ronilso Pacheco, a teologia negra tem a ver com a espiritualidade negra e pode ser vista como importante força antirracista e anticolonial, sendo distinta da teologia ocidental, europeia e implicada com a colonização e a segregação (Pacheco 2019).

Essa teologia, chamada ainda de *teologia branca*, é vista como adequada às discriminações e violências dirigidas à população negra, sendo ela criticada, bem como a religião que a caracteriza. Jackson Augusto (2019), membro do MNE de Pernambuco e criador da

periféricas e, por fim, a condução de carreiras político-partidárias (Rodrigues e Freitas 2021).

plataforma *afrorente*,¹⁰ define ambas como *necroteologia* e *necroespiritualidade*, tendo por referência o conceito de necropolítica proposto por Achille Mbembe (2016). Assim, fica evidente a afirmativa de Raquel Matoso, durante sua entrevista, sobre um processo educativo, e isso inclui a teologia, sobretudo com o questionamento daquela perspectiva disseminada no meio evangélico.

Sobre isso, uma integrante desse movimento me disse que a teologia vigente nas igrejas não se volta à reflexão sobre a sociedade, sobre a história. Essa posição tem a ver com as diferentes perspectivas questionadoras da reprodução na América Latina da prática missionária e teologias das igrejas cristãs oriundas do Atlântico Norte, que desconsideram as historicidades locais (Caldeira 2013; Zabatiero 2020) e constituíram o discurso, a verdade religiosa.

Fala-se em teologias contextualizadas/libertação em cursos e em publicações direcionadas a estudos dos membros do MNE, em oposição às chamadas “falsas teologias”, como a que exalta a *prosperidade* (Santos 2021:48; Oliveira *et al.* 2022), e isso embasa a crítica à *música gospel*.

Uma teologia tem sido referência. Trata-se da teologia negra de James Cone, elaborada nos Estados Unidos, durante a década de 1960, e fortemente marcada por lutas voltadas aos direitos civis. A teologia negra é entendida como teologia da libertação/liberação dos negros do racismo, compreendendo, assim, sua dignidade e humanidade com incomparável repercussão no presente e no futuro da população negra (Cone 1973).

Paulo Freire, em 1972, escreveu o prefácio à edição argentina do livro de James Cone, intitulado *Teologia negra da libertação*. Para ele, como aquela disseminada na América Latina, a teologia apresentada por Cone era entendida como oposta à “teologia branca”, por não pregar o sacrifício e a resignação, voltando-se a “desmontar o sistema opressor”, a lutar contra as “estruturas de dominação” (Freire 1981:105). Essa teologia chegou ao Brasil entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990.

Outras teologias emancipadoras foram formuladas em países da África, da América Latina e do Caribe, ligadas a movimentos anticolonização, decoloniais, havendo teologia que contempla o feminino, como a teologia negra feminista e a hermenêutica negra feminista, que não deixam de reconhecer os elementos de uma

¹⁰ Essa plataforma oferece cursos voltados a discutir a bíblia a partir da concepção de teologia negra e negritude.

intrincada opressão: gênero, raça e classe, como destaca a teóloga Maricel Mena López (Instituto Humanitas Unisinos 2012).

Isso fica evidente nas falas e em publicações do MNE. Em uma delas, há o entendimento de adotar a perspectiva da “justiça social e de gênero”, caracterizando a teologia negra feminista, que deve dar “corpo e voz às mulheres que são apagadas nas narrativas bíblicas” (Oliveira *et al.* 2022:56). Nessa perspectiva, vê-se que contemplar o gênero é fundamental para descortinar as “camadas de justiça” em relação às mulheres (Oliveira *et al.* 2022:56).

A teóloga Cleusa Caldeira (2013) reflete sobre as teologias apresentadas como questionadoras da história bíblica eurocêntrica, trazendo vozes diversas: negras, decoloniais, africanas. Para ela, as teologias negras feministas compreendem diferentes posições e métodos, opondo-se à teologia de vertente eurocêntrica, que coopera com a propagação de ideologias racistas e patriarcais, de modo a afetar a identidade negra e invisibilizar a mulher negra (Caldeira 2013).

Além das teologias contextualizadas, a compreensão dos temas e questões passa pelo pensamento feminista negro, uma referência para as mulheres negras evangélicas atentas ao antirracismo (Pinheiro 2023). Podemos relacionar a contribuição de hooks (2019) para o debate racial sobre a hierarquização social baseada no sexo e na raça. Ela naturaliza a exploração sexual da mulher negra pelo homem branco, marcando a desvalorização de sua natureza.

Lélia Gonzalez (2020:119), outra referência quando se busca refletir sobre feminismo e racismo, aponta para a vigência de um “sistema ideológico de dominação” que legou à mulher negra um lugar de inferioridade” na “hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça)”. Diante disso, a mulher negra tem a sua humanidade suspensa, comprometendo o direito de produzir e sustentar seu discurso, bem como sua história. Isso não é diferente nas igrejas evangélicas (Gonzalez 2020).

Neusa Santos Souza (1993), ao abordar a emocionalidade do negro a partir de estudo realizado por uma mulher negra envolvendo consciência e comprometimento, destaca a consciência do efeito na identidade de viver em uma sociedade branca que impõe ideologia, estética e comportamento. Ela observa o comprometimento do sujeito consciente em “resgatar sua história” e, ainda, procurar “recriar-se em suas potencialidades” (Souza 1993:18).

Sobre o reconhecimento da vocalização feminina, questão presente no *Canta Negra*, Grada Kilomba (2019) retoma a mordaga como símbolo dos dispositivos, das medidas e das políticas coloniais empregadas no silenciamento da voz de escravizados, principalmente de escravizadas.

A figura da escrava Anastácia¹¹ é destacada pela autora por expressar as políticas de silenciamento e terror diante da imposição do emudecimento. Este, por sua vez, evita que o sujeito branco termine por reconhecer o conhecimento daquelas/es submetidas/os.

Kilomba (2019) faz a indagação: pode a subalterna falar? – retomando a frase de G. Spivak (2010). Sua voz não é ouvida em decorrência de forças repressivas asseguradas pelo patriarcado, racismo e colonialismo. Isso não quer dizer que a/o subalterna/o não tenha como questionar e combater os discursos coloniais ou as agências de desqualificação da voz, que são entendidos como espaços de violência, de repressão do discurso do colonizado/a.

Apesar disso, as resistências têm lugar, discursos e ações elaborados a partir da e na margem, que não é constituída pela privação e pela perda, e sim por possibilidades e resistência. É preciso reconhecer-se como sujeito, quem fala, narra, canta, descreve, portanto, autora/autor desses fazeres e da realidade. Esta, para Kilomba (2019), decorre do processo de consciência da negritude e do entendimento da força do racismo na realidade vivida. Isso compreende o reconhecimento com outras pessoas negras – história, biografia, experiência, conhecimento, etc. –, sendo central para a identificação positiva com a negritude (Kilomba 2019).

Esse processo de consciência dos impactos em longo prazo da escravidão e do colonialismo na população negra – e especificamente para a mulher negra – aparece nos debates do MNE e em suas ações. É o caso do *Canta Negra*, que traz reflexões acerca da voz, do enunciado da mulher negra que tem sido silenciada, desvalorizada e desqualificada historicamente dentro da instituição religiosa cristã. Portanto, cantar pode ser entendido como ato de subversão, de criar novos espaços de resistência.

11 A escrava Anastácia, figura de veneração religiosa no Brasil, atualmente vem sendo retratada sem a mordaga e aparece em cartazes e estampas de roupas. A composição é do artista e jornalista Yhuri Cruz, que erigiu o Monumento à Voz de Anastácia, e foi exposto, em 2019, na Galeria Gentil Carioca, situada no centro histórico do Rio – especificamente na região comercial da Sociedade de Amigos e Adjacência da Rua da Alfândega (Saara).

Considerações finais

Vimos que a música tem sido um relevante meio de comunicação de crenças e valores para os evangélicos, além de possibilitar a reflexão sobre as relações raciais. Isso fica evidente com as ações e os programas realizados pelo Movimento Negro Evangélico (MNE), que visa a difundir outra disposição racial em seu meio religioso.

Muito se fala também em letramento, categoria que é aplicada desde a década de 1980 e se refere às práticas sociais, às habilidades e aos conhecimentos, envolvendo leitura e escrita, com repercussões sociais e políticas (Mortatti 2004). No caso do MNE, o letramento político antirracista está associado a práticas voltadas a conscientizar alguém sobre a estrutura política e racial do meio religioso.

Diversas iniciativas são conduzidas pelo Movimento Negro Evangélico do Estado Rio de Janeiro (MNERJ), tais como publicações, cursos, roteiro de turismo afro, participação em atos públicos, passeatas, paradas e conferências. Isso expressa os diálogos estabelecidos, as controvérsias sustentadas, as diferentes posições institucionais, as interlocuções com os movimentos sociais, seus conhecimentos, referências, categorias e conceitos, marcando, assim, o fluxo de suas interações (Montero, 2011; 2015).

O *Canta Negra*, atividade musical elaborada e vivenciada por membros do MNERJ, resulta da crítica ao saber e às práticas religiosas institucionalizadas, incluindo a *música gospel*, gênero musical cristão há muito em vigência no Brasil, também por sua imbricação com o mercado. As críticas corroboram a análise de que o meio evangélico é inábil em compor seus objetos como expressão de arte e de cultura (Mafra 2011).

Essa tensão com a *música gospel* está relacionada também com a crítica às teologias vigentes em igrejas de referência – prosperidade, domínio e maldição hereditária, por exemplo –, que desqualificam culturas não dominantes e não reconhecem as mulheres negras, a maioria de sua população.

Essa apreciação tem a ver com a promoção da teologia negra ou decolonial, teologia feminista negra e outras voltadas à ação consciente e direcionada à transformação da sociedade. Portanto, as teologias contextualizadas devem suprir seus membros para o enfrentamento da violência doméstica, da violência do Estado, das desigualdades sociais, do racismo (Santos 2021).

Considerando a reflexão de Asad (2010), o *Canta Negra* ressalta como a música popular integra o fluxo de práticas, de atividades, de saberes implicados com a produção de discursos/representações voltada a veicular outra intelecção acerca do divino, que não exclui a vida vivida, a questionar costumes, crenças, discursos institucionais, incluindo a teologia: a verdade religiosa, por exemplo. Ela integra uma agenda complexa, pois está voltada a enfrentar dispositivos discriminatórios e a promover a negritude e a presença feminina, impactando as subjetividades. Assim, a cultura também é mobilizada como arma (Mafra 2011).

A atividade musical explicita o embate com a alienação imposta pelas igrejas, que não se resume à cor da pele, e possibilita relacionar a condição de vítima da desumanização praticada, a destruição e a negação de culturas. No entanto, o foco não é somente afirmar o lugar de vítima e do passado vilipendiado, porque há uma pedagogia de combate voltada a reabilitar essas culturas, bem como questionar a marginalidade, “reconstruir a identidade” e reivindicar dignidade e direitos. Desse modo, não se fala em negritude somente como mito, e, sim, como força de enfrentamento às desigualdades e importante para o presente e o futuro (Munanga 2024).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Rosiane R. (2019), *A luta por um “modo de vida”: as narrativas e as estratégias de enfrentamento ao racismo religioso do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma)*. Niterói: Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense.
- ASAD, Talal. (2010), “A construção da religião como uma categoria antropológica”. *Cadernos de Campo*, nº 19: 263-284.
- AZEVEDO, Célia M. M de. (1995/1996), “Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil”. *Revista USP*, nº 28: 96-109.
- BANDEIRA, Olívia. (2017), “Música gospel no Brasil – reflexões em torno da bibliografia sobre o tema”. *Religião & Sociedade*, vol. 37, nº 2: 200-228.
- BARBOSA, J. Carlos. (2002), *Negro não entra na igreja: espia da banda de fora – Protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Piracicaba: Ed. Unimep.
- BURDICK, John. (1998), *Blessed Anastácia: women, race, and popular Christianity in Brazil*. New York: Routledge.
- BURDICK, John. (2013), *The color of sound: race, religion, and music in Brazil*. New York; London: New York University Press, 2013.

- CALDEIRA, Cleusa. (2013), "Hermenêutica negra feminista: um ensaio de interpretação de Cântico dos Cânticos 1.5-6". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 21, nº 3: 1189-1210.
- CONE, James. (1973), *Teología negra de la liberación*. Buenos Aires: Carlos Lohlé.
- CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. (1883), *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta da Tarde.
- CONTINS, Márcia. (1995), *Tornando-se pentecostal: um estudo comparativo sobre pentecostais negros nos EUA e no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- COSTA, Lidiane C. (2013), *A ação política em organizações negras da Bahia: velhos e novos dilemas da ação coletiva*. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.
- CUNHA, Magali. (2004), *Vinho novo em odres velhos: um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico do Brasil*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo.
- DOMINGUES, Petrônio. (2007), "Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos". *Revista Tempo*, vol. 12, nº 23: 100-122.
- FRANK, Linda Christine. (2012), *A family affair: the marriage of Elizabeth Cady and Henry Brewster Stanton and the development of reform politics*. Los Angeles: Tese de Doutorado em Filosofia, University of California. Disponível em: <https://escholarship.org/content/qt22k374td/qt22k374td.pdf?t=nru1u0>. Acesso em: 25/07/2025.
- FREIRE, Paulo (1981), "Prefácio à edição argentina de *A black theology of liberation* de James Cone". In: P. Freire. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed.
- GIUMBELLI, Emerson. (2011), "A noção de crença e suas implicações para a modernidade: um diálogo imaginado entre Bruno Latour e Talal Asad". *Horizontes Antropológicos*, ano 17, nº 35: 327-356.
- GOMES, Nilma Lino. (2020), "A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática". *Revista Teias*, vol. 21, nº 62: 360-371.
- GONZALEZ, Lélia. (2020), *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HOOKS, bell. (2019), *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- KILOMBA, Grada. (2019), *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- MAFRA, Clara. (2011), "A 'arma da cultura' e os 'universalismos parciais'". *Mana*, vol. 17, nº 3: 607-624.
- MBEMBE, Achille. (2016), "Necropolítica". *Arte & Ensaios*, nº 32: 123-151.
- MEDEIROS, Vitor G. Q. de. (2022), *Ativismo negro evangélico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- MENDONÇA, Antônio G. (2005), "O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas". *Revista USP*, nº 67: 48-67.

- MENDONÇA, Joezer de S. (2008), "O evangelho segundo o gospel: mídia, música pop e neopentecostalismo". *Revista do Conservatório de Música da UFPel*, nº 1: 220-249.
- MIRANDA, Ana Paula M. (2021), "A multidimensionalidade dos conflitos e seus efeitos na produção de políticas (de 'terreiros cristofacistas'): algumas respostas, outras questões". *Debates do NER*, ano 21, nº 40: 211-234.
- MONTERO, P. (2015), *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo; Campinas: Terceiro Nome; Editora da Unicamp.
- MONTERO, Paula. (2011), "O campo religioso, secularismo e a esfera pública no Brasil. Evangélicos: movimentos e tensões". *Boletim CEDES*, vol. 04: 01-9.
- MONTES, M. Lúcia. (2012), *As figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma.
- MORTATTI, Maria do Rosário L. (2004), *Educação e letramento*. São Paulo: Unesp.
- MUNANGA, Kabengele. (2024), *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 4ª ed.
- NASCIMENTO, Júlia do; SILVA, Gimina B. M da. (2023), "O letramento racial como ferramenta para a erradicação do racismo". *Revista Mosaico*, vol. 15, nº 24: 397-415.
- NOVAES, Regina; FLORIANO, Maria das Graças. (1985), *O negro evangélico*. Rio de Janeiro: Iser.
- OLIVEIRA, Andressa et al. (2022), *Caderno de teologia negra*. Rio de Janeiro: Matheus Dias.
- OLIVEIRA, Marco D. (2018), *A religião mais negra do Brasil*. Viçosa: Editora Ultimato.
- PINHEIRO, Márcia L. (2023), "Música, conversão e ativismo entre os evangélicos". *Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, vol. 26, nº 1: 182-202.
- PINHEIRO, Márcia L. (2006), *Na "pista" da fé: música, festa e outros encontros culturais entre os evangélicos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia, UFRJ.
- PINHEIRO, Márcia L. (2007), "Música, religião e cor: uma leitura da produção de black music gospel". *Religião & Sociedade*, vol. 27, nº 2: 163-180.
- PINHEIRO, Márcia L. (2009), "Dinâmicas da religiosidade: experiências musicais, cor e noção de sagrado". In: L. Á. López; M. Thylefors; J. Wedel. (org.). *Representaciones y expresiones religiosas afro-latinoamericanas. Stockholm Review of Latin American Studies*, nº 4: 61-72.
- REINA, Morgane L. (2017), "Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica". *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, vol. 24, nº 2: 253-275.
- RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane G. (2021), "Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 34: 1-54.
- RODRIGUES, Ricardo G. (2009), *A teologia de missão integral: aproximações e impedimentos entre evangélicos e evangélicas*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciência da Religião, UMESP.

- ROLAND, Edna. (2023). *Global reparation justice: second session of the Permanent Forum on People of African Descent*. New York: United Nations.
- SANTOS, Adriana M. dos. (2012), “Identidade negra e neopentecostalismo: o caso Reginaldo Germano”. In: Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, vol. 13, São Luiz. *Anais [...]*. São Luiz: ABHR.
- SANTOS, Joel. R dos. (2020), *Saber do negro*. Rio de Janeiro: Pallas.
- SANTOS, Odja Barros. (2021), *Cartilha de estudos bíblicos do coletivo esperarçar: o avivamento transformador pela justiça social*. Rio de Janeiro: Esperança.
- SILVA, Hernane F. (2011), *O movimento negro evangélico: um mover do Espírito Santo*. São Paulo: Selo Editorial Negritude Cristã.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. (2007), “Prefácio ou notícias de uma guerra nada particular: os ataques neopentecostais às religiões afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil”. In: V. G. Silva. *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- SOCIEDADE BRASILEIRA CONTRA A ESCRAVIDÃO. (1880), *Manifesto da Sociedade Brasileira contra a Escravidão*. Rio de Janeiro: Typografia G. Leuzinger & Filhos.
- SOUZA, Neusa S. (1983), *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed.
- SPIVAK, Gayatri C. (2010), *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ZABATIERO, Júlio P. T. M. (2020), “Contextualização e decolonialidade: repensando a epistemologia teológica”, *Revista Reflexão*, vol. 45: e204900.

Sites consultados

- AMERICAN ANTI-SLAVERY SOCIETY. (1833), *Declaration of sentiments of the American anti-slavery society*. New York: American Anti-Slavery Society. Disponível em: <https://tile.loc.gov/storage-services/service/rbc/rbpe/rbpe11/rbpe118/11801100/11801100.pdf>. Acesso em: 28/07/2025.
- ANJOS, Simony (2021), “Coletivos de mulheres negras evangélicas e a disputa pelo espaço público da religião”. *Jornal da USP*, 1º set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/coletivos-de-mulheres-negras-evangelicas-e-a-disputa-pelo-espaco-publico-da-religiao/>. Acesso em: 25/07/2025.
- ANJOS, Simony (2024), “A autodeterminação das mulheres negras evangélicas. Diálogos da Fé”. *Carta Capital*, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-autodeterminacao-das-mulheres-negras-evangelicas/>. Acesso em: 25/07/2025.
- AUGUSTO, Jackson (2019), “Necroespiritualidade, necroteologia e os pecados de morte”. *Novos Diálogos*, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://novosdialogos.com/artigos/necroespiritualidade-necroteologia-e-os-pecados-de-morte/>. Acesso em: 25/07/2025.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). (2012), “Cristãos negros, e não por acaso”. *IHU*, 20 jan. 2012. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/172-noticias-2012/505912-cristaos-negros-e-nao-por-acaso>. Acesso em: 25/07/2025.

- MNERJ. Movimento Negro Evangélico - RJ. (2024), Cantá Negra. *Facebook*, 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/100064697466607/search/?q=Canta>. Acesso em: 28/07/2025.
- MNERJ. Movimento Negro Evangélico - RJ. (2023), Cantá Negra. *Instagram*, 16 jul. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/Cuu60z4Jz8h/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 04/08/2025.
- MNERJ. Movimento Negro Evangélico - RJ. (2019a), Cantá Negra. *Facebook*, 14 jul. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/events/469468617120121/?active_tab=discussion. Acesso em: 04/08/2025.
- MNERJ. Movimento Negro Evangélico - RJ. (2019b), Teremos Oficina De Turbante no Cantá Negra. Venham conosco! *Facebook*, 18 jul. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2354356314650574&set=a.1964985373587672>. Acesso em: 28/07/2025.
- MNERJ. Movimento Negro Evangélico - RJ. (2019c), Contra o pecado do Racismo. *Facebook*, 14 set. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/hashtag/contraopecadodoracismo>. Acesso em: 04/08/2025.
- PACHECO, Ronilso. (2019), “Uma teologia como chave para oprimidos resistirem à aspreza da vida. Entrevista concedida a João Vitor Santos”. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, nº 159. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/592266-uma-teologia-como-chave-para-oprimidos-resistirem-a-aspreza-da-vida-entrevista-especial-com-ronilso-pacheco>. Acesso em: 05/08/2025.
- PASSOS, Walter (Kefing Foluke). (2008), “Igreja preta – a reconstrução espiritual das africanas e africanos na diáspora”. *Bayah*, 24 nov. 2008. Disponível em: <https://cnnbca.blogspot.com/2008/11/igreja-preta-reconstruo-espiritual-dos.html>. Acesso em: 25/07/2025.
- SYMPPLA. (2024), Cantá Negra. *Sympla*, 20 jul. 2024. Disponível em: <https://www.sympla.com.br/evento/canta-negra/2535039?referrer=sympla.queue-it.net>. Acesso em: 28/07/2025.

Entrevistas

Entrevista com Andressa Oliveira, Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022.

Entrevista com Raquel Matoso, Rio de Janeiro, 14 de julho de 2023.

Editor-Chefe:

Edilson Pereira

Editores Convidados:

Raphael Bispo, Célia Arribas e Oswaldo Zampiroli

Editor-Assistente:

Lucas Bártolo

Submetido em:

28/03/2025

Aprovado em:

14/06/2025

Declaração de Disponibilidade de Dados

Não Aplicável.

Márcia Leitão Pinheiro* (marcialpx@gmail.com)

* Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil; Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

Música, religião e cor: fazeres e tensões entre mulheres evangélicas

No contexto brasileiro, a música gospel ganha força e maior visibilidade a partir dos anos 1980 e compreende a apropriação de estilos sonoros seculares. A presença dessas musicalidades nem sempre atesta a discussão sobre as relações entre gênero e racismo e suas consequências neste universo. A proposta deste artigo é oferecer novos elementos voltados à reflexão sobre religião e música, a partir da análise de um evento denominado *Canta Negra*, idealizado por mulheres negras evangélicas na cidade do Rio de Janeiro. Na reflexão e na observação empírica dessa prática musical e de sua dinâmica, privilegio a abordagem qualitativa a partir da realização de entrevistas em profundidade, bem como do uso de textos e vídeos disponibilizados nas redes sociais sobre o tema.

Palavras-chave:

religião;
música;
gênero;
racismo.

Abstract

Music, religion, and color: actions and tensions among evangelical women

In the Brazilian context, gospel music gained strength and increased visibility beginning in the 1980s, encompassing the appropriation of secular sound styles. The presence of these musical styles does not always inform the discussion on the relationship between gender and racism and their consequences in this context. This article aims to offer new insights into religion and music, based on the analysis of an event called *Canta Negra*, organized by Black evangelical women in the city of Rio de Janeiro. In reflecting on and empirically observing this musical practice and its dynamics, I prioritize a qualitative approach through in-depth interviews, as well as the use of texts and videos on the topic available on social media.

Keywords:

religion;
music;
gender;
racism.

Resumen

Música, religión y color: Prácticas y tensiones entre mujeres evangélicas

Palabras clave:

religión;
música;
género;
racismo.

En el contexto brasileño, la música gospel ha ganado fuerza y visibilidad desde la década de 1980 e incluye la apropiación de estilos sonoros seculares. La presencia de estas musicalidades no siempre informa la discusión sobre las relaciones entre género y racismo y sus consecuencias en este universo. Este artículo busca ofrecer nuevas perspectivas para la reflexión sobre religión y música, a partir del análisis de un evento denominado Canta Negra, organizado por mujeres negras evangélicas en la ciudad de Río de Janeiro. En la reflexión y observación empírica de esta práctica musical y su dinámica, privilegio un abordaje cualitativo basado en entrevistas en profundidad, así como el uso de textos y videos disponibles en las redes sociales sobre el tema.